



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150759 - MG (2021/0230833-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : M D DE P L (INTERNADO)
ADVOGADO : ANDRÉ GUILHERME TERRA ALVES - MG141626
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : S D J

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por M D DE P L contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.108827-3/000).

O recorrente encontra-se em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Formulado pedido de liberação do menor, o Juízo da 2ª vara criminal de Lavras/MG indeferiu o pleito.

Sustenta a ausência de fundamentação idônea na decisão que manteve a medida de internação, destacando que o relatório de avaliação de medida sugere o seu desligamento do Centro Socioeducativo de Passos/MG.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a medida socioeducativa de internação imposta ou, subsidiariamente, para que seja substituída por medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ILEGALIDADE DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE LAUDO PRELIMINAR TOXICOLÓGICO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. TEMAS NÃO DEBATIDOS NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. [...] RECURSO NÃO PROVIDO.

1. As teses relativas à invalidade do mandado de busca e apreensão domiciliar, à ausência de laudo químico preliminar e à aplicação do princípio da insignificância não foram debatidas no acórdão impugnado, o que impede o conhecimento delas diretamente por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

[...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RHC 123.461/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/11/2020, DJe 12/11/2020)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço

do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência